Acta N.º 03/2025
(6ª do Mandato - 2023/2027)

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 15 de março de 2025 (14:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 10 (dez) Conselheiros: António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, António Paulo Neves Marques, Carlos Rui Pires Marcelo, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Pinto Pereira Viegas, Odete da Silva Fernandes, e Vasco Pinto de Abreu. Ausências justificadas de Beatriz Neves Guedes Pereira, Daniel Ferreira Loureiro e Manuel Cândido de Oliveira Coelho. Presentes ainda o Coordenador da CT QSEFM, Hilário da Cunha, a Coordenadora da CT CEPECACS, Sandra Mano Ferreira, e o Coordenador da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na sexta reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

2. Assuntos em Discussão

2.1 Aprovação da Ata da Reunião de 15 de fevereiro de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 14:00, hora de Lisboa
2.2 Aprovação em redação final do Regulamento da CJ/CCP
2.3 Ponto de situação da possível eleição para a AR em maio próximo e o funcionamento do CCP
2.4 Reuniões das estruturas do CCP: CRs, CTs e CP
2.5 Assuntos Gerais

2.1 Aprovação da Ata da Reunião de 15 de fevereiro de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 14:00, hora de Lisboa

A Ata da Reunião de 15 de fevereiro de 2025 foi aprovada por todos os membros do Conselho Permanente, à exceção do Conselheiro António Paulo Neves Marques, que se absteve por ter estado ausente dessa reunião. Após a assinatura, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada à SECP e à DGACCP, sendo solicitada a sua distribuição a todos os conselheiros do CCP.

2.2 Aprovação em redação final do Regulamento da CJ/CCP

Neste ponto, foi discutida e aprovada a redação final do regulamento da Comissão de Juventude, incluindo o seu Anexo 1, que consiste num código de conduta. O documento foi digitalizado em PDF e partilhado no chat para que todos os presentes pudessem verificar.

A redação final foi apresentada em folha oficial do Conselho das Comunidades, tendo sido aprovada na data de 15 de março. Após a apresentação, foi aberta a sessão para dúvidas e, em seguida, submetido à votação.

A redação final do regulamento foi aprovada por unanimidade, sem abstenções ou votos contra. O envio do regulamento, a todos os conselheiros, e a sua publicação no site do Conselho, foram acordados para breve.

2.3 Ponto de situação da possível eleição para a AR em maio próximo e o funcionamento do CCP

A reunião prosseguiu então para o ponto 2.3 da reunião, onde foi apresentado o ponto de situação relativamente à eleição confirmada para o dia 18 de maio de 2025, da Eleição dos Deputados à Assembleia da República, que resultará na formação de um novo governo em junho de 2025. O funcionamento do Conselho das Comunidades foi então debatido, tendo o Presidente Flávio Martins esclarecido que as comissões temáticas estão autorizadas a prosseguir com as suas atividades, independentemente da mudança de governo.

Flávio Martins reiterou ainda que as despesas contratadas para as reuniões das comissões temáticas já tinham sido aprovadas, totalizando cerca de 38 mil euros, superando as previsões iniciais devido ao aumento dos custos de transporte e alojamento em Lisboa. As reuniões do Conselho Permanente também estão autorizadas, garantindo a continuidade das operações do Conselho.

Foram abordados dois cenários possíveis após as eleições: a continuidade do governo do PSD, com a manutenção do atual Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, ou a vitória do PS, que implicaria a nomeação de um novo Secretário e possíveis alterações nas relações com o Conselho. Contudo, foi enfatizado que estas alterações não afetarão os procedimentos internos do Conselho, uma vez que as Comissões já terão reunido e os Conselhos Regionais estarão em funcionamento.

Relativamente aos projetos de resolução e leis em tramitação, destacou-se que, caso não sejam publicados no Diário da República até ao dia 20 de março, caducarão, obrigando à sua reiniciação. O Presidente Flávio Martins solicitou ainda que os participantes evitassem manifestações político-partidárias no grupo de WhatsApp do CP, salientando a necessidade de unidade e responsabilidade na atuação do Conselho, independentemente das preferências políticas pessoais.

De seguida, o Presidente Flávio Martins concedeu o espaço para perguntas e comentários, com o pedido de que todos se mantivessem concentrados na missão das comunidades, evitando divisões internas.

O Vice-Presidente Paulo Marques iniciou então a sua intervenção desejando boas-vindas a todos e esclarecendo que, ao contrário de outras estruturas que têm deputados nomeados, a nossa estrutura mantém-se estável e em funcionamento. Informou que, devido a problemas de saúde poderia ter de interromper a sua participação na reunião.

Salientou a importância do funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, lembrando que, há 20 anos, as reuniões eram exclusivamente presenciais, o que limitava a troca de ideias. Hoje, com o uso de ferramentas como o WhatsApp e as redes sociais, a comunicação é facilitada, mas isso introduz também desafios, nomeadamente no que concerne às discussões políticas que não beneficiem as comunidades, tendo sublinhado também a responsabilidade dos membros do CP em manter o foco nas missões do Conselho.

O Presidente Flávio Martins solicitou então que, caso Paulo Marques tivesse de se ausentar, o informasse para que fosse feita uma referência à moção aprovada pela Europa, com a sua presença. O relato sobre a reunião online do Conselho Regional da Europa está inserido no ponto 2.7.2 dos **Assuntos Gerais.**

O Conselheiro Vasco de Abreu questionou Flávio Martins sobre a situação da alteração à lei dos apoios às associações, indagando se a mesma já havia sido publicada ou se necessitava de voltar a ser revista. Referiu que, durante uma conversa com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, na África do Sul, e que apesar de ainda não se saber na altura sobre a estabilidade do governo, tinha confirmado que a alteração tinha sido aprovada e publicada pelo Presidente da República. Neste contexto, solicitou ao Presidente Flávio Martins que o atualizasse sobre o estado atual da situação. Flávio Martins mencionou que estava no Rio de Janeiro, tendo regressado recentemente de Lisboa, e lamentou não ter conseguido contactar o SECP para discutir esta e outra questão relacionada com o apoio à comunicação social. Comprometeu-se a investigar a situação e a divulgar as informações relevantes a todos os 76 membros do Conselho, garantindo que todos seriam informados sobre os desenvolvimentos.

O Conselheiro Fernando Campos fez uso da palavra para reafirmar dois pontos abordados anteriormente por Flávio Martins. Mencionou que o Conselho das Comunidades Portuguesas se rege pela Lei n.º 66-A/2007, e respetivas alterações e atualizações, assegurando que, independentemente das mudanças governamentais, a continuidade das atividades do Conselho não deve ser uma preocupação, ainda que possam ocorrer algumas transições.

Expressou de seguida a sua preocupação em relação à comunicação nas aplicações de comunicação (chats), considerando-os impessoais. Destacou que muitas pessoas tendem a dizer coisas que não diriam cara a cara e enfatizou a importância de manter um cuidado especial nas interações, evitando a partidarização de posições. Reforçou que, embora cada um tenha suas próprias ideias, é essencial respeitar o espaço e o contexto apropriados para cada discussão, tendo concluído a sua intervenção com um agradecimento a todos os participantes da reunião.

2.4 2.4 Reuniões das estruturas do CCP: CRs, CTs e CP

O Presidente Flávio Martins introduziu de seguida o ponto 2.4, que se relaciona com as reuniões das estruturas do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). Destacou que as reuniões dos Conselhos Regionais já estavam organizadas e agendadas, e solicitou aos membros do Conselho Permanente que levem uma mensagem de agradecimento e reconhecimento ao trabalho realizado pelos Conselhos Regionais. Salientou a importância de manter o contato com todos os conselhos, não apenas com aquele ao qual pertencem, para reforçar a coesão e a atenção ao trabalho coletivo. Foi feito um pedido para que o Conselheiro Rui Marcelo reiterasse os ficheiros enviados por e-mail, que serviram de documentação adicional à ata da reunião do dia 15 de fevereiro de 2025. Rui Marcelo confirmou que os documentos foram enviados no dia 14 de março de 2025 e consistiam em quatro ficheiros:

- ✓ Um ofício enviado ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, pelo Presidente Flávio Martins, abordando a deliberação do Conselho Permanente e corrigindo dois problemas pendentes. Um deles refere-se à indigitação de círculos ou secções locais que ainda não fazem parte dos conselhos consultivos da sua área, e o outro à falta de carteiras de identificação de alguns conselheiros, problema que acredita já estar resolvido.
- ✓ Um documento sobre as instruções normativas do Conselho Permanente, uma relativa às responsabilidades dos Conselheiros como representantes do CCP e a outra sobre o processo de apresentação dos relatórios anuais, que será consolidado nas reuniões dos Conselhos Regionais. Essas instruções foram enviadas a todos os presidentes dos Conselhos Regionais.
- ✓ Um documento de consulta enviado pelo Vice-Presidente Paulo Marques, referente à regulamentação da atividade de lobbying junto de entidades públicas.
- ✓ Documentação relativa à Comissão da Juventude, que inclui a ata da primeira reunião, o regulamento interno e o código de conduta.

O Presidente Flávio Martins referiu-se então ao envio deste extenso material, produzido pelo secretariado no último mês, destacando a questão das carteiras de identificação e a participação nos conselhos consultivos. Enfatizou a importância de que cada conselheiro que ainda não esteja integrado no seu conselho consultivo da área consular tome a iniciativa de reclamar essa inclusão. Relatou uma experiência anterior em que, durante uma reunião no Brasil, membros de uma determinada área expressaram descontentamento com a falta de convocação para o Conselho Consultivo, mas não se manifestaram diretamente perante o Cônsul, o que dificultou a resolução do problema.

Flávio Martins reiterou que é crucial que os Conselheiros sejam proativos e frontais nas suas queixas, em vez de se limitarem a enviar e-mails ou comentários. Referiu que, após o envio de um ofício, recebeu informações de Vítor Oliveira e Paulo Marques sobre a regularização de carteiras em algumas áreas da Europa, o que foi considerado um progresso.

Prosseguindo, salientou ainda que doravante cada Conselheiro deve procurar regularizar as carteiras de identificação e não deixar que a situação se arraste. Mencionou o caso específico do Conselheiro Daniel Loureiro, que já recebeu a sua carteira através do consulado em Montreal, sublinhando que cada Conselheiro deve estar atento a essas questões.

Concluiu sugerindo que este tema seja abordado nas reuniões presenciais dos Conselhos Regionais, com o objetivo de avaliar o que ainda está em falta.

Em relação às instruções normativas, o orador expressou a intenção de discutir a segunda instrução, mencionada por Rui Marcelo, que versa sobre os relatórios anuais, tendo mencionado que alguns Conselheiros da Europa já teriam enviado relatórios da sua área, os quais provavelmente foram apresentados ao Conselho Regional da Europa. Informou que está atualmente a preparar o seu relatório para o Rio de Janeiro, destacando a importância de cumprir com este dever legal.

Salientou que, conforme já indicado pelo SECP, os relatórios não precisam de ser extensos, mas devem abranger as questões estipuladas na legislação. No caso específico do Rio de Janeiro, onde existem três conselheiros eleitos, propôs que se elaborasse um único relatório conjunto, visto que o conteúdo não deverá diferir entre os Conselheiros. Assim, sugeriu que o relatório fosse feito de forma colaborativa, uma vez que presume que o seu conteúdo será semelhante ao dos outros Conselheiros.

Flávio Martins prosseguiu na sua intervenção reconhecendo o excelente trabalho realizado pelos Conselheiros Rui Manuel Barata e António Paulo Marques na produção de um documento para o Conselho Económico e Social, o qual já foi partilhado e encaminhado para o plenário do CES.

Informando que a estrutura das reuniões dos Conselhos Regionais e das Comissões Temáticas estavam praticamente resolvidas, aguardando apenas algumas confirmações de nomes e temas a serem debatidos, o Presidente do CP do CCP sugeriu então que se falasse sobre a próxima reunião presencial do Conselho Permanente, a ser realizada no início de julho de 2025.

Anunciou que, na próxima reunião por videoconferência do Conselho Permanente, será apresentado um esboço de programação para discussão e deliberação, como tem sido habitual. Confirmou também que as emissões dos bilhetes de passagem já foram autorizadas e que o grupo ficará hospedado no Hotel Zurich, expressando a sua insatisfação com a qualidade da comida oferecida, prometendo acompanhar a situação com a DGACCP.

Adicionalmente, mencionou que foi solicitado espaço na Assembleia da República, embora a resposta esteja pendente devido ao contexto atual. Encorajou os Conselheiros que que irão estar presentes na reunião a informarem a agência de viagens, ou a adquirirem os seus bilhetes o quanto antes, para otimizar custos. Este ponto também será discutido na próxima reunião, onde a programação do Conselho Permanente será o tema principal.

De seguida, o Presidente Flávio Martins questionou aos Coordenadores das CTs, Hilário da Cunha, Sandra Ferreira Ferreira, e Rui Ribeiro Barata se queriam acrescentar algo em relação às suas reuniões. A Conselheira Sandra Ferreira aproveitou a oportunidade para questionar até quando deveriam ser enviadas as sugestões de convidados e do programa. Flávio Martins respondeu que as sugestões deveriam ser enviadas o mais rápido possível, idealmente na próxima semana. Justificou que o gabinete necessita de tempo para preparar as atividades do DGACCP, e que, caso as sugestões sejam apresentadas tardiamente, há o risco de os convidados não estarem disponíveis devido a compromissos pré-existentes.

A Conselheira Sandra Ferreira confirmou que iria ter uma reunião no dia seguinte com a comissão para delinear e finalizar o programa. Foi discutido o processo de envio de convites, e Sandra mencionou que enviará um formato de agenda e um modelo de convite para a Dra. Ana Cristina Ribeiro, que ficará responsável pela distribuição. O Presidente Flávio Martins reiterou a importância de enviar os convites com antecedência para evitar conflitos de agenda.

O Conselheiro Rui Barata atualizou os participantes sobre a organização, informando que já estão a trabalhar no esboço das reuniões, mas expressou preocupações quanto à viabilidade de reunir-se com os grupos parlamentares no segundo dia do evento.

Também foi abordado o protocolo relacionado com o envio de convites a figuras do governo, ressaltando que, nesses casos, o envio deve ser feito pelo gabinete do SECP, com a necessidade de envolver a Dra. Ana Ferreira no processo.

O Conselheiro Vasco de Abreu sugeriu que as comissões se deslocassem a locais como a RTP para reuniões, aumentando a visibilidade e a participação. Ele compartilhou experiências anteriores onde essa mobilidade resultou em encontros mais produtivos. Este ponto foi encerrado, aguardando a atualização por parte do Conselheiro Hilário da Cunha, logo após o seu retorno à reunião, devido à necessidade de se ausentar temporariamente para resolução de um assunto urgente. A sua intervenção ficará registada nos Assuntos Gerais.

2.5 Assuntos Gerais

Publicação de Atas no site do CCP – O Presidente Flávio Martins solicitou que as atas dos conselhos regionais fossem colocadas no site. O responsável informou que já começou a inserir as atas recebidas, incluindo as da Ásia e Europa, mas ainda não recebeu as de África e América do Sul. Foi definido que o Conselheiro Fernando Campos ajudaria na solicitação das atas pendentes. Além disso, as atas das comissões temáticas também serão inseridas para manter o site atualizado. Aos membros do CP foi solicitado que se pronunciassem sobre quaisquer informações que considerem pertinentes para melhorar o conteúdo disponível.

Relato sobre a reunião online do Conselho Regional da Europa – O Presidente Flávio Martins informou os membros do CP que o Conselho Regional da Europa tinha realizado uma reunião por videoconferência no dia 10 de abril, na qual teve a oportunidade de participar, convidado pelos conselheiros Vítor Oliveira e Tiago Soares. O encontro contou com a presença de 25 conselheiros, um número significativo de participantes. Durante a reunião, foi aprovada uma moção de saudação e congratulação ao Vice-Presidente do CP, Paulo Marques, que foi convidado pela presidência da República Francesa para acompanhar o presidente Emmanuel Macron durante a sua visita oficial a Portugal. Este ato foi destacado como motivo de orgulho, não apenas pela posição de Paulo Marques como conselheiro, mas também por representar a comunidade portuguesa. Flávio Martins mencionou ainda que teve a oportunidade de se encontrar com Paulo Marques, durante a visita oficial a Portugal do Presidente Francês, apesar das limitações de segurança que dificultaram a interação durante o evento. Registou a importância deste encontro e a troca de experiências, tendo passado a palavra ao Vice-Presidente para se pronunciar, caso desejasse, antes de se retirar da reunião. Paulo Marques agradeceu as numerosas mensagens de apoio recebidas, destacando a importância da reação das autoridades diplomáticas em Portugal e em França em relação às comunidades. Observou que, ao participar numa delegação estrangeira numa visita de Estado, ficou surpreendido com a estupefação das autoridades locais perante o reconhecimento do valor das comunidades, o que não é sempre considerado ao seu verdadeiro nível.

Relatou breves interações com embaixadores, sublinhando uma certa admiração por parte deles em relação ao trabalho desenvolvido pelas comunidades. Manifestou a convicção de que muitas vezes as comunidades não recebem o reconhecimento merecido pelo seu esforço e contribuição nos locais onde residem. O Vice-Presidente do CP destacou também a dinâmica entre os Estados Europeus, especialmente em momentos críticos, como a intervenção do Presidente da República dos Estados Unidos em questões relacionadas com a Ucrânia, e as implicações da situação política em Portugal. Paulo Marques concluiu então a sua intervenção com um agradecimento a todos os Conselheiros presentes na reunião.

Assuntos Gerais - O Presidente do CP do CCP, Flávio Martins, abriu então o debate para considerações sobre Assuntos Gerais, iniciando a ronda pelo Conselheiro Manuel Viegas.

O Conselheiro que representa o Círculo de Miami e Orlando (Palm Coast) informou que no sábado próximo iria ocorrer a reunião do Conselho Regional da América do Norte, no Canadá, com a presença do embaixador. A cônsul honorária da Flórida, desconhecida para os participantes, levanta algumas preocupações, dado que não houve interação prévia. A reunião será realizada via Facebook, uma vez que a viagem de Miami ao local é de cinco horas, dificultando a participação presencial.

Manuel Viegas expressou confiança na normalidade da situação e na expectativa de um encontro bem-sucedido. Adicionalmente, foi abordado o caso do Conselheiro Mário Francisco da Costa Ferreira, que se encontra isolado na organização, tendo referido que o CRAN decidiu enviar uma carta ao SECP para manifestar o descontentamento em relação ao seu comportamento, considerado inaceitável. O Conselheiro não mantém comunicação com os demais membros do Conselho Regional, o que impede qualquer diálogo.

No que concerne a este caso, o Presidente Flávio Martins referiu que o Conselheiro Mário Ferreira tem utilizado ferramentas inadequadas para expressar as suas opiniões. O artigo 29 da Lei que rege o CCP permite que cada membro se manifeste individualmente, desde que identifique a sua posição como pessoal e não representativa do Conselho ou da sua secção local. Uma das principais preocupações de Mário Ferreira relaciona-se com a suposta ameaça de deportação em massa de portugueses pelo Presidente do EUA. No entanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou que, até à data, apenas três cidadãos portugueses estão em processo de deportação por terem entrado ilegalmente nos Estados Unidos anteriormente. Até ao momento, não houve deportações em massa, e a situação permanece sob controlo.

Flávio Martins solicitou aos Secretários do CP do CCP, Rui Marcelo e Vasco de Abreu, que registassem esta informação em ata para que possa ser depois enviada a todos os demais conselheiros. O Conselheiro Manuel Viegas acrescentou que, na Flórida, não há registo de deportações de portugueses, e que a situação está estável, desmentindo rumores infundados que têm gerado confusão.

Flávio Martins prosseguiu com a ronda pelos convidados Coordenadores das CTs. Sandra Ferreira agradeceu a oportunidade e referiu que não tinha mais nenhum assunto a abordar. Rui Barata aproveitou para fazer duas referências.

O Coordenador da CT QCPC questionou se os membros do CP tinham recebido as atas referentes aos meses de janeiro e fevereiro da sua Comissão Temática, uma vez que tinham sido enviadas recentemente.

Destacou também que a CT está atenta à atual situação política em Portugal e planeia enviar um manifesto de preocupação nos próximos dias. A comissão reconhece que o prazo de 60 dias para a organização das eleições representa um desafio significativo para as comunidades portuguesas e considera importante alertar sobre esta questão com antecedência.

Adicionalmente, lembrou que no próximo mês se celebrariam os 44 anos do Conselho das Comunidades Portuguesas, questionando se estariam previstas algumas iniciativas ou eventos para comemorar esta data.

O Presidente Flávio Martins informou que as atas recebidas estão organizadas e que, atualmente, estão a ser incorporadas todas as atas dos Conselhos Regionais, com a intenção de, posteriormente, incluir as das comissões temáticas. Voltou a referir que ainda existem alguns Conselhos Regionais que não enviaram as suas atas, especificamente os da América do Sul e de África.

Quanto à questão da comemoração dos 44 anos do CCP, Flávio Martins reconheceu a importância de celebrar adequadamente as datas redondas, como os marcos de zero e cinco anos. Sugeriu que a instituição comece a planear as comemorações para o 45.º aniversário, previsto para abril de 2026, enfatizando a necessidade de reflexão e preparação antecipada para tais eventos.

Após o seu retorno à reunião, o Conselheiro Hilário da Cunha três pontos na sua intervenção.

Em primeiro lugar, o Coordenador da CT QSEFM, referiu-se à questão das deportações provenientes dos Estados Unidos, mencionando uma preocupação expressa pelo membro da sua Comissão Temática, Paulo Pereira, dos EUA, que sugeriu obter mais informações sobre os mecanismos que o Estado Português tem para o acompanhamento de eventuais casos de Portugueses que venham a ser deportados, durante a próxima reunião presencial da CT, em Lisboa.

O orador destacou a necessidade de estar preparado para encaminhar informações cidadãos que venham a ter necessidade de regressar a Portugal, incluindo os que foram referidos pela Conselheira Elizabete Gomes Serrão, da África do Sul, que levantou preocupações sobre a segurança e proteção de emigrantes portugueses na África do Sul, particularmente em casos de rapto, que se vejam na contingência de retornar a Portugal.

Seguidamente, Hilário da Cunha informou que a Comissão Temática, que tinha reunido mais cedo, nesse mesmo dia, tinha aprovado a elaboração de um novo pedido, reforçando a solicitação já efetuada pelo Conselho Permanente do CCP sobre o acesso dos portugueses residentes no estrangeiro ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), manifestando preocupação com as restrições impostas pelo Despacho n.º 40/2025, porque a medida introduz uma desigualdade injusta entre cidadãos portugueses residentes e não residentes em território nacional. O documento seria redigido na semana seguinte, com a intenção pressionar o governo, mesmo com a sua iminente mudança.

Também foi debatida a proposta da Suíça sobre a tributação de 10% para portugueses que regressem a Portugal. Hilário Cunha partilhou experiências dos Conselheiros de Macau, que informaram que os cidadãos portugueses (nomeadamente os reformados da administração pública portuguesa que residem em Macau), deixam de estar abrangidos pela isenção de impostos, resultante to regime de dupla tributação, ao regressar a Portugal, e manifestou dificuldades na implementação de um regime transitório de tributação.

Por último, foram discutidos temas para a agenda da Comissão Temática em Lisboa, incluindo a celeridade dos repatriamentos de doentes e a resposta lenta dos serviços sociais a imigrantes que regressem a Portugal sem recursos. O Conselheiro Hilário Cunha solicitou que os conselheiros presentes contribuíssem com indicações para enriquecer a discussão.

No que diz respeito à comemoração dos 44 anos do Conselho das Comunidades, o o Coordenador da CT QSEFM expressou a sua opinião de que a data poderia ser utilizada para refletir sobre a importância das eleições do CCP e a falta de convocação das mesmas, em determinadas circunstâncias, sugerindo uma abordagem semipolítica para a celebração.

Em resposta ao Conselheiro Hilário Cunha, o Presidente Flávio Martins sugeriu a possibilidade de convidar a Secretária de Estado da Gestão da Saúde para uma reunião, uma vez que a portaria que tem gerado problemas teve origem no seu gabinete. No entanto, expressou incerteza sobre a disponibilidade da secretária em aceitar o convite, especialmente considerando a instabilidade política atual e a possível mudança de governo, o que poderia alterar a relevância e o impacto da sua participação.

Reconheceu que o tempo disponível para abordar os diversos temas em discussão é limitado, mas realçou a importância de convidar a SEGS, dado que ela é a responsável por esclarecer os pontos em questão. Encorajou os presentes a considerar essa possibilidade, agradecendo a atenção de todos.

Prosseguindo com a ronda pelos membros do Conselho Permanente, Flávio Martins solicitou então ao Conselheiro António Cunha que compartilhasse as suas impressões e informações, pois ainda não tinha tido a oportunidade de se pronunciar na reunião e manifestou a sua vontade de intervir. O Conselheiro aproveitou a ocasião para destacar a proposta anterior sobre a criação de um e-mail interno que facilitaria a transmissão de informações entre os membros. Enfatizou que, na eventualidade de uma mudança de membros, informações essenciais se perderiam se não existisse um sistema de centralização e comunicação eficaz, pois a falta de um e-mail interno impede que futuros conselheiros tenham acesso à documentação e ao histórico das discussões, o que seria fundamental para a sua preparação.

O presidente Flávio Martins reconheceu que o tema em discussão havia caído no esquecimento, tanto da sua parte quanto de outros membros, e mencionou que, apesar de ter sido abordado hoje, não havia avançado previamente. Propôs o envio de um ofício ao SECP, solicitando uma avaliação da viabilidade técnica da proposta discutida em Lisboa. Afirmou que não haveria impedimento para a realização deste pedido, mesmo considerando a atual gestão do governo, uma vez que não acarreta custos orçamentais. Flávio Martins comprometeu-se a redigir e enviar o ofício ao longo da semana, garantindo que a questão seria considerada.

O presidente Flávio Martins passou a palavra seguidamente à Conselheira Odete Fernandes, que iniciou a sua intervenção saudando todos os membros do grupo e referindo que a reunião realizada essa manhã com a Senhora Cônsul-Geral de Portugal em Paris, no âmbito do Conselho Consultivo, foi extremamente produtiva, e informando que durante a reunião foram discutidas várias questões que já haviam sido abordadas anteriormente no nosso Conselho, com destaque para a participação cívica e o ensino da língua portuguesa.

Informou também que a Cônsul-Geral, que assumiu o cargo em julho de 2024, demonstrou grande abertura para colaborar com o CCP, o que é um desenvolvimento positivo. Lamentou a ausência do Conselheiro Paulo Marques, que não pôde estar presente devido a problemas de saúde, mas expressou confiança de que o diálogo permanecerá aberto e que haverá um intercâmbio frutífero com a nova gestão do consulado, que já está a trabalhar de maneira ativa e dinâmica.

Flávio Martins agradeceu a intervenção da Conselheira Odete Fernandes, tendo salientado a importância da presença dos conselheiros no Conselho Consultivo de Paris, uma reivindicação antiga que finalmente se concretizou, permitindo que os conselheiros eleitos por essa área participem ativamente nas suas atividades.

Interveio de seguida o Conselheiro Fernando Campos, que aproveitou a oportunidade para informar a Conselheira Sandra Ferreira que já tinha enviado a informação solicitada ao José Alberto Fernandes, da CT CEPECACS, e que também a notificou por meio de uma mensagem de voz pelo WhatsApp. Reforçou a importância da criação de um e-mail com domínio próprio, concordando com António Cunha, e comprometeu-se a apoiar essa iniciativa.

Subsequentemente, abordou a relevância das reuniões dos Conselhos Regionais, destacando que estas são essenciais para o debate e para a troca de informações entre as diversas regiões. Salientou a necessidade de que todos os membros compreendam o papel crucial que os Conselhos Regionais desempenham dentro do Conselho das Comunidades, muitas vezes subestimado.

Fernando Campos desejou um bom trabalho a todos e mencionou que, na próxima semana, ele e o Presidente Flávio Martins se iriam encontrar, na reunião presencial do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul, lembrando que a apresentação dos relatórios agora é uma exigência legal, tendo informado que a equipa da Venezuela já preparou o seu relatório na totalidade.

Na sua intervenção, o Conselheiro António Iria cumprimentou todos os presentes e expressou o reconhecimento do Conselheiro Paulo Marques pela sua participação no acompanhamento do Presidente de França a Portugal. Considerou este convite um grande prestígio para o Conselho das Comunidades, evidenciando a importância da sua representação.

Em seguida, abordou a questão da tributação, salientando que a proposta abrange todos os imigrantes, independentemente da sua localização, e que qualquer avanço nesse sentido beneficiaria todos os residentes e reformados que regressem a Portugal, não se limitando apenas a países europeus.

António Iria também referiu o pedido do Conselho Permanente à Secretaria de Estado sobre a convocação dos conselhos consultivos, que devem reunir obrigatoriamente após seis meses. Questionou se havia sido enviada alguma resposta sobre este assunto, e mencionou que, até ao momento, não tinha recebido informações concretas sobre a regularização das reuniões, exceto uma resposta vaga a partir de uma mensagem anterior.

Flávio Martins confirmou que não havia recebido respostas específicas e destacou a importância de cada conselheiro contactar diretamente o seu Consulado para solicitar informações sobre a sua situação, o que poderia ser mais eficaz do que um pedido coletivo.

António Iria finalizou mencionando que, a partir da Suíça, já havia entrado em contacto com o consulado por escrito e por e-mail, reafirmando a necessidade de cumprir a lei e aguardando uma resposta.

De seguida, Vasco de Abreu tomou a palavra para informar que tinham recebido a visita do SECP, na semana anterior, na África do Sul, durante a qual teve reuniões em diversas localidades, tendo posteriormente também efetuado visitas a Luanda (Angola) e a Maputo (Moçambique). Mencionou também a sua visita à cidade do Cabo e expressou preocupação com a iminente queda do governo, que gera incertezas sobre a futura liderança.

Em seguida, abordou um artigo da nova lei de apoio às associações, solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de organizações portuguesas com sede em Portugal solicitarem subsídios à DGACCP.

Flávio Martins reconheceu que, embora essa prática já existisse, o Conselho sempre se manifestou contra ela e reiterou a necessidade de regulamentação adequada.

Vasco de Abreu destacou que organizações como a CES e jornais dedicados à imigração em Portugal também têm a capacidade de pedir esses subsídios, tendo sugerido que houvesse regulamentação na nova lei que ao se alargar o acesso a subsídios, fosse considerado um reforço de verbas para as organizações baseadas em Portugal, evitando assim que as quantias disponíveis se tornassem insuficientes para atender às necessidades das entidades que realmente carecem de apoio.

Flávio Martins defendeu que a questão da participação de organizações sediadas em Portugal deve ser discutida, pois estas têm vantagens em termos de credenciação e acesso a recursos em comparação com aquelas que operam em outros países. Para equilibrar a situação, propôs a criação de editais específicos para as organizações que estão em Portugal, de modo a garantir que todas as entidades possam beneficiar de uma forma justa e equitativa, sublinhando a importância de discutir este tema nas comissões temáticas e na reunião do Conselho Permanente, para assegurar que as necessidades de todos sejam devidamente atendidas.

Vasco de Abreu salientou a importância de manter viva a discussão sobre a revisão da lei de apoio às associações, lamentando que, apesar das conversações anteriores, o artigo em questão ter permanecido inalterado e sem consulta aos membros do Conselho. Destacou a necessidade de abordar também a situação da comunicação social, mencionando que os jornais da diáspora enfrentam grandes dificuldades financeiras, o que impacta a disseminação de informação, especialmente nas comunidades africanas, que estão a perder acesso a rádios e televisões. Alertou que a retirada de apoios poderá agravar essa situação, afetando comunidades que já se encontram em dificuldades.

Referiu-se ao descontentamento de Carlos Pereira, que representa uma comunidade significativa em Paris, e desejou sucesso aos conselhos regionais, mencionando que o seu próprio conselho se reunirá apenas em abril.

A Conselheira Sandra Ferreira solicitou a Vasco de Abreu que lhe enviasse um e-mail com a sua perspetiva sobre os apoios às comunidades e ao associativismo, uma vez que pretende abordar este tema numa próxima intervenção, assim como na reunião de maio.

Vasco de Abreu referiu finalmente a dificuldade em contatar alguns conselheiros, especificamente o conselheiro de Angola (também referido pela Conselheira Sandra Ferreira), que ainda não respondeu a comunicações relacionadas com a reunião do CRA, tendo informado que a ata da reunião de outubro será aprovada em momento posterior, pois ainda não houve a reunião necessária para tal.

Finalmente, na sua intervenção, Rui Marcelo referiu-se a dois assuntos principais. O primeiro diz respeito à reunião do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, agendada para os dias 20 e 21 de março, em Díli, Timor-Leste. Destacou três aspetos importantes da reunião: a realização de uma audiência com o Sr. Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Dr. José Ramos-Horta; um encontro com a comunidade portuguesa em Timor; e a participação da Sra. Embaixadora de Portugal em Timor-Leste e do Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

O segundo assunto abordado foi a confirmação, pelo Sr. Cônsul-Geral de Portugal em Macau, da presença do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Rangel, numa visita oficial à República Popular da China, programada para o período de 24 a 28 do corrente mês. Foi confirmada também uma audiência particular entre o Sr. MNE e os Conselheiros de Macau, no dia 28 de março de 2025.

Nas considerações finais, o Presidente Flávio Martins abordou o estado dos mandatos de Diogo Leal (Angola) e Rita Santos (Macau/China). Informou que o pedido de suspensão da Conselheira Rita Santos já tinha expirado, uma vez que foi feito no início do ano, e solicitou ao Conselheiro Rui Marcelo que verificasse a situação com ela. Relativamente a Diogo Leal, confirmou que ele apresentou um pedido de suspensão do mandato e não participará na reunião do Conselho Regional, e que já tinha sido convocada a conselheira suplente.

Em seguida, fez dois pedidos aos coordenadores das Comissões Temáticas: que enviassem a programação final das reuniões assim que estivesse disponível, e que os Conselhos Regionais enviassem a ata das suas reuniões presenciais na redação final e aprovada até ao dia 30 de abril de 2025. Justificou a urgência com a necessidade de prestar contas sobre o uso de dinheiro público e evitar atrasos na entrega das atas.

Flávio Martins referiu ainda que Paulo Marques enviou documentos de mandatos anteriores, que serão inseridos no site do CCP, na secção dedicada à memória do Conselho. Também reiterou a importância de receber as atas dos conselhos regionais e das comissões temáticas para que tudo esteja disponível no site antes das reuniões.

Por fim, recordou a necessidade de que, em caso de ausência de um conselheiro titular, este avise o seu suplente com antecedência, de modo a garantir a continuidade da representação nos Conselhos.

3. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas seria realizada no dia 26 de Abril de 2025 às 14:00 de Lisboa. As reuniões seguintes estão agendadas para 17 de maio e 21 de junho de 2025.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16:00 (hora de Lisboa) do dia 15 de Março de 2025, pelo presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Alves Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 15 de março de 2025.

_____

Flávio Alves Martins (Presidente)

_____

Rui Marcelo (Secretário)

_____

Vasco de Abreu (Secretário)